



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

MENSAGEM Nº 50 IGG

Teresina (PI), 26 de novembro de 2020.

A Sua Excelência, o Senhor
Deputado **THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Palácio Petrônio Portella
NESTA CAPITAL

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 01 / 12 / 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente,


1º Secretário

Excelentíssimos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo Projeto de Lei que **"Altera a Lei nº 5.706, de 18 de dezembro de 2007, que institui o Fundo de Informática do Estado do Piauí – FIPI e dá outras providências."**

O presente Projeto de Lei propõe alterações no Fundo de Informática do Estado do Piauí, criado pela Lei nº 5.706, de 18 de dezembro de 2007, com o objetivo de fornecer recursos para financiar as ações relativas à Política Estadual de Informática e à promoção do desenvolvimento da área de tecnologia da informação e comunicação no Estado do Piauí, para ampliar as ações em que os recursos do Fundo poderão ser aplicados, e, assim, contribuir para a modernizar a gestão pública, especialmente com o uso das tecnologias da informação.

A Proposição permite que os recursos do Fundo sejam aplicados na manutenção predial da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí, aquisição de equipamentos necessários para a implantação e utilização de sistemas públicos estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação, para a instalação de equipamentos necessários ao funcionamento de Telecentros Comunitários, bem como em treinamentos de servidores públicos.

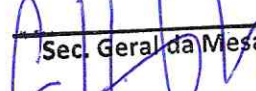
Embora tenha contabilidade própria, e se proponha um incremento nas receitas destinadas ao Fundo, os recursos que o compõem serão destinados para a conta única do Estado e terão sua execução controlada por meio de fonte detalhada, em atenção ao princípio orçamentário da unidade de tesouraria.

O Projeto de Lei pretende também promover uma justa homenagem à memória de José Pacífico, profissional destacado na área de Tecnologia da Informação pelos relevantes serviços que prestou na modernização tecnológica da Administração Pública estadual, e pela contribuição na implantação da ATI e do próprio Fundo.

Protocolado e assinado eletronicamente
ALEPI/SGM

RECEBI EM 01/12/20

Sec. Geral da Mesa


Emanuelito de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

Assim, sabendo da importância da matéria e a necessidade de regulamentação, solicito apreciação pelas razões expostas, a aprovação do Projeto de Lei que ora submeto à superior consideração desse Egrégio Poder Legislativo.



José Wellington Barroso de Araújo Dias
Governador do Estado do Piauí



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI Nº 35, DE 26 DE *NOVEMBRO* DE 2020.
LIDO NO EXPEDIENTE

Em, ____/____/____

Altera a Lei nº 5.706, de 18 de dezembro de 2007, que institui o Fundo de Informática do Estado do Piauí – FIPI e dá outras providências.

1º Secretário

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 5.706, de 18 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Fundo José Pacífico para Tecnologia da Informação e Comunicação (FJP-TIC), destinado a fornecer recursos para financiar as ações relativas à Política Estadual de Informática e à promoção do desenvolvimento da área de Tecnologia da Informação e Comunicação no Estado do Piauí.

.....” (NR)

“Art. 2º Constituem recursos do FJP-TIC:

I- produto da arrecadação das taxas estaduais e preços públicos cobradas pela prestação ou disponibilização de serviços, exclusivos da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí, bem como serviços prestados a órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Piauí”;

IV- recursos provenientes de convênios, acordos ou ajustes firmados pelo Estado do Piauí ou pela Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí com outras instituições e organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados, destinados à modernização e ao desenvolvimento das atividades da tecnologia da informação, com cláusulas específicas que determinem a aplicação destes recursos através do FJP-TIC;

§ 1º As receitas e recursos que compõem o FJP-TIC serão destinados para a conta única do Estado, terão sua execução controlada por meio de fonte detalhada e o saldo verificado ao final de cada exercício financeiro será transferido automaticamente para o exercício seguinte como recurso vinculado ao fundo.

§ 2º O FJP-TIC terá contabilidade própria e conta corrente aberta em agência de banco oficial, ficando a aplicação dos seus recursos sujeita à prestação de contas na forma da lei e no que dispuser o regulamento.

§ 3º Os custos dos elementos de certificação digital de que trata o inciso II deste artigo serão de responsabilidade do FJP-TIC.

§ 4º São vedadas:

I- a utilização dos recursos do FJP-TIC para pagamentos de vencimentos ou remuneração, a qualquer título, de empregado ou servidor público;



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

II- a contratação ou utilização de pessoal, não servidor público, para as atividades de operação, exceto a contratação de pessoa jurídica de consultoria ou afins para cumprimento dos objetivos do Fundo, tais como serviços de customização, implantação ou desenvolvimento e atualização de sistemas em uso ou novos para utilização nos serviços do Estado do Piauí.

§ 5º Fica permitida a utilização dos recursos do Fundo para:

I- manutenção predial da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí, inclusive do **Data Center**, bem como alterações decorrentes de adequações para instalação de novas demandas;

II- aquisição de quaisquer equipamentos necessários para a implantação e utilização de sistemas públicos estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação, sejam em funcionamento ou em desenvolvimento;

III- certificações, treinamentos e cursos referentes a área de Tecnologia da Informação e Comunicação de servidores públicos do Estado do Piauí, incluindo os custos com deslocamento para fora da sede de serviço;

IV- para instalação de equipamentos necessários ao funcionamento de Telecentros Comunitários.

§ 6º Fica facultado aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Piauí a apresentação à ATI de demandas referentes a área de Tecnologia da Informação e Comunicação no Estado, as quais, após deliberação do comitê gestor do Fundo, poderão ser atendidas pelos recursos do Fundo. " (NR)

.....
"Art. 4º

Parágrafo único. O comitê gestor deliberará sobre as demandas apresentadas pelos órgão e entidades da Administração Pública do Estado do Piauí referentes a área de tecnologia da informação e comunicação no Estado. "
(NR)

"Art. 5º Fica o Poder executivo autorizado a abrir no orçamento da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí, para o corrente exercício, crédito adicional no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) decorrentes do excesso de arrecadação ou resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, para fins de implantação do FJP-TIC." (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 26 de novembro de 2020.